

O ECOLOGISMO DOS POBRES

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

Rosa Maris Rosado*

Não resta dúvida que a produção em larga escala de mercadorias e os padrões desiguais de consumo estimula a confrontação pelo uso da natureza, transformada em recurso. A novidade reside na quantidade cada vez mais exígua desses “recursos” necessários à produção contemporânea, como bem aponta o autor espanhol, um dos mais destacados economistas ecológicos do mundo, Joan Martinez Alier¹, no livro “O ecologismo dos pobres”. Nasce daí os conflitos ecológicos distributivos, da utilização extensiva do ambiente natural por conta da expansão econômica, que beneficia uma parcela ínfima da população. Esses conflitos, que ocorrem simultaneamente em prol dos direitos humanos e da ecologia, vêm sendo entendidos como luta por justiça ambiental, na qual diversos atores expressam diferentes discursos de valoração do ambiente natural.

O ponto central da obra de Alier é o fato de os pobres, com frequência, favorecerem mais a conservação dos recursos naturais. Além disso, os impactos dos problemas ambientais são sentidos muito mais entre os pobres (nações e parcelas de nações), mas o autor não fica só nesta constatação, ele traz a emergência dos movimentos por justiça social espalhados em vários pontos do planeta, nos quais, como diz Eder Sader, “novos personagens entram em cena”. O autor traz um panorama do aumento das tensões pelo acesso a recursos naturais e da relação entre crescimento econômico e uso destes recursos, e lista uma série de conflitos, entre eles, o racismo ambiental, a biopirataria, a dívida ecológica, o feminismo ambiental, com ênfase no “ecologismo dos pobres”.

A edição brasileira deste livro, lançada em 2007, vem bem a calhar no momento em que se implementa no país a transposição do Rio São Francisco, crescem significativamente as plantações transgênicas, amplia-se o reflorestamento indiscriminado com eucalipto, entre outros fatos que vêm provocando inúmeros conflitos socioecológicos. Apontando um rol de situações entre as quais a necessidade de preservação dos mangues, a resistência contra as represas e as disputas pelos aquíferos, os movimentos

* Doutoranda em Geografia/ UFRG.

¹ Prof. da Universidade Autônoma de Barcelona e presidente da Sociedade Internacional de Economia Ecológica

contra a exploração do gás e do petróleo nas regiões tropicais, a questão dos resíduos tóxicos, entre tantas outras, o autor traz um estudo abrangente sobre os conflitos ecológicos distributivos no mundo. Conforme o autor mesmo coloca:

O presente livro preocupa-se com a maioria da humanidade, com aqueles que, na contramão, dispõem de relativamente pouco espaço ambiental [...] cuja subsistência está ameaçada por minas, barragens, reflorestamentos e postos de petróleo para abastecer o crescente uso de energia e de matérias-primas dentro e fora de seus países (p. 38).

O movimento ambientalista que permanece dominado por duas correntes principais, e apontado pelo autor em um dos capítulos do livro. São elas, o “culto ao silvestre”, respaldado pela ótica conservacionista, e o “credo da ecoeficiência” ou “desenvolvimento sustentável”, apoiado na crença da “internalização das externalidades” por novas tecnologias, mas que, não obstante, uma terceira corrente tem surgido: o “ecologismo dos pobres”² ou movimento por “justiça ambiental” (sendo uma das tarefas do livro unir estas duas expressões em uma só corrente). É sob esta última corrente que o autor se debruça, partindo da premissa já conhecida de que os países industrializados dependem de uma parcela cada vez maior de matérias-primas e bens de consumo provenientes dos países em desenvolvimento. Isto remete à situação, presenciada em nível global, na qual as fronteiras de extração de matérias primas avançam na direção de novos territórios. O enfoque desta terceira corrente não é a reverência sagrada à natureza, mas um interesse ao ambiente como fonte de subsistência, não em razão das futuras gerações de humanos, mas, sim pelos humanos pobres de hoje, isto é, a corrente nasce forjada na ética por justiça social.

Sob o título: “Não existe produção sem distribuição” o autor reforça o objetivo principal do texto, que é considerar os aspectos distributivos como centrais, para que sejam entendidos as valorações e os aportes de recursos naturais e serviços ambientais. Considerando não a distribuição econômica, mas sim a distribuição ecológica, o autor argumenta que não deve ser tomada nenhuma decisão sobre produção enquanto não existir acordo sobre como os recursos naturais serão apropriados e como serão destinados os resíduos sólidos, pois à medida que se expande na escala da economia, mais resíduos são gerados, mais os sistemas naturais são comprometidos, mais se deteriora

² Expressão provavelmente empregada à primeira vez pelo próprio Alier em 1991.

ram os direitos humanos, mais os conhecimentos ditos tradicionais são perdidos, mais a biodiversidade é reduzida. Ao procurar traduzir os danos ambientais em valores monetários, no entanto, os economistas se deparam com o problema da fraca comparabilidade de valores, pois valores ambientais não podem ser revertidos em cifras monetárias.

Uma das grandes contribuições que o Alier traz à economia ecológica é a avaliação também dos aspectos distributivos, levando em conta que os diversos grupos sociais atribuem diferentes valores ambientais que dependem de suas posições políticas, sociais e culturais. Pois, em geral, ao invés de serem ouvidos os diferentes grupos, a valoração é definida pelas autoridades e a opção é feita pelo critério custo-eficiência. O dilema de como mensurar os danos ambientais não se constitui em nenhuma novidade, mas “entendendo que os padrões de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais dependem de relações de poder mutáveis e da distribuição de renda, entramos então no campo da ecologia política (p. 53)”. Este objetivo de conectar as duas áreas, a economia ecológica e a ecologia política, está presente ao longo de todo o livro.

Apresentando uma ampla gama de conflitos ecológico distributivos em todo o mundo, nos quais os grupos reivindicam seus direitos territoriais, como os indígenas, por exemplo, que apelam pela sacralidade da natureza e, ao mesmo tempo, defendem e asseguram seu sustento, ressalta: “O ecologismo dos pobres que luta por justiça ambiental existe em distintos países com diferentes histórias e culturas e agora é explicitamente internacional” (p. 93). Tratando das origens da “ecologia política” e resgatando a introdução do termo pelo antropólogo Eric Wolf em 1972³, o autor salienta que os geógrafos têm sido mais ativos neste campo do que os antropólogos. Visualizamos que este campo está em franca expansão, pela disseminação de inúmeros conflitos que brotam nos quatro cantos do mundo, e se constitui em importante fonte de conhecimento sobre o papel da humanidade neste momento na Terra.

Os conflitos são descritos detalhadamente pelo autor, com dados consistentes e, sobretudo, situando a posição de atores sociais locais diretamente envolvidos e a posição dos atores globais, demonstrando, na prática, que a chamada questão ambiental tem suas distintas e interdependentes escalas global e local, exercício que não é muito freqüente nos estudos e levantamentos ambientais empíricos. Ao trazer estes conflitos para discussão, o autor aponta que eles se apresentam de forma diferente nas diversas partes do planeta, atentando para as diferenças culturais, mas, demonstra que estes

3 Conforme o autor, o termo já teria sido utilizado antes por Bertrand de Jouvenel em 1957

têm

raízes comuns. Trata-se de conflitos que ele denomina distribuição ecológica⁴.

O autor reforça que:

As externalidades que recaem sobre a população pobre e sem poder, são as de baixo custo, inclusive as internalizadas. Caso as pessoas queiram defender os ecossistemas dos quais retiram seu sustento, é, portanto, mais eficaz apelar, se forem culturalmente relevantes, para outros discursos de valoração. (p. 139).

Isto é, deve-se ir além da análise custo-benefício. Mas, quem tem o poder de definir qual discurso de valoração será adotado? Diversos valores e diversos interesses e discursos estão em jogo, entretanto, é possível alcançar uma decisão pela lógica reducionista da análise custo-benefício. A redução de bens e serviços ambientais à condição de mercadoria (reais ou fictícias), como sucede na análise custo-benefício, sendo que quem detém o poder sobre qual padrão de valor deve ser atribuído, normalmente, não são os atores mais diretamente envolvidos com o problema. Existe aqui uma confluência entre o ambientalismo conservacionista e o “ecologismo dos pobres”, ambas correntes são céticas em relação à valoração econômica dos bens naturais.

Em uma parte instigante, em termos de reflexões trazidas, o autor se pergunta “quem possui o poder de simplificar a complexidade?” Traz explicitamente que o livro se refere tanto à ecologia política quanto à economia ecológica, primeiramente porque os conflitos ecológicos distributivos nascem no seio das contradições existentes entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Em segundo lugar, a resistência popular ante a degradação ambiental freqüentemente gera propostas alternativas, e, assim sendo, a indagação que surge seria: como são avaliadas tais propostas nos termos de indicadores ou índices de sustentabilidade? Um terceiro questionamento refere-se ao discurso dos conflitos ecológicos distributivos que é, em vários momentos, o da valoração econômica, mas como compensar os dados ambientais ou substituir os recursos não-renováveis de modo que a soma do “capital natural” e o “capital engendrado pelos humanos” ao menos permaneça constante? A tentativa de resolução dos conflitos ambientais por meio de política pública freqüentemente simplifica a complexidade, negando, portanto, a legitimidade de alguns pontos de vista, descartando algumas perspectivas, dando peso somente a uma delas. Muitas vezes os discursos em-

⁴ Por distribuição ecológica, o autor entende: os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso a benefícios obtidos dos recursos naturais e os serviços proporcionados pelo meio ambiente como suporte da vida (ALIER, 2007).

pregados pelos atores sociais não são decodificados pelos atores que empregam o discurso econômico hegemônico (por interesse ou desinteresse), dentre eles podemos citar, com a leitura: o valor ecológico dos ecossistemas, o respeito ao sagrado, a urgência do sustento vital, a dignidade humana, a demanda por segurança ambiental, os direitos territoriais indígenas, o valor da própria cultura, justiça ambiental, valor dos direitos humanos, etc.

No capítulo denominado “Os indicadores de insustentabilidade urbana como indicadores de conflito social”, o autor discute os conflitos ambientais das cidades questionando as idéias dos planejadores urbanos, que não compreendem o metabolismo urbano. Uma cidade que cresce consome mais energia e materiais; quando a distribuição destes dois fatores se dá de maneira desigual, condicionada ao poder político, não existe uma tendência à sustentabilidade ecológica, pelo contrário. No entanto, os movimentos sociais urbanos têm se oposto às injustiças ambientais urbanas, não passíveis de serem transferidas para outros lugares, e podem auxiliar para que haja efetivas mudanças rumo à sustentabilidade.

O autor procura explicitar o jogo existente entre os atores estatais e outros atores nos conflitos ambientais. Nos estados que dispõem de vastos territórios, como no Brasil, Índia e China, os principais conflitos ambientais, mais do que com as empresas transnacionais, ocorrem contra os próprios governos e as empresas estatais. As regras da responsabilidade ambiental variam de país para país, em vários casos as empresas conseguem esquivar-se das responsabilidades, mas existem casos que, ao assumirem publicamente sua responsabilidade, as empresas publicam relatórios e informes ambientais que são apresentados à opinião pública. No entanto, a auditoria e a regulação dos passivos ambientais das empresas requerem também a intervenção estatal, visando a “separar a pura ‘maquiagem verde’ da efetiva melhoria da qualidade ambiental” (p. 266). Mas, conforme o jogo político entre empresa e governo, mas, como sabemos, nem sempre isso ocorre.

No jogo entre os movimentos ambientais e o estado, conforme o autor é possível verificar estados mais permeáveis aos movimentos que possam até dar-lhes cobertura, pode ser necessária a simpatia ou ao menos a neutralidade com relação à gestão política para que se tornem possíveis as melhorias ambientais na escala local. Em geral, o movimento “culto ao silvestre” depende do estado em quase todas suas ações, em quase todas as partes do mundo, nem que seja somente para demarcação dos parques naturais (muitas vezes em oposição a necessidades e desejos das populações locais). Na perspectiva da justiça ambiental “o meio ambiente converte-se em direito humano” (p. 275); a necessidade de garantir as condições ambientais indispensáveis à exis

tência de todos os humanos. Existe um direito prévio sobre o recurso em questão, seja qual for: terra, áreas úmidas, floresta, água, pesca, etc., extirpado pelo estado ou pelo setor empresarial apoiado pelo estado. “No Brasil, a idéia das reservas extrativistas foi inspirada na prática dos seringueiros (p. 276)”, assim foi a resistência dos movimentos sociais que forçaram o estado a adotar uma nova forma de gestão participativa das unidades de conservação, buscando, assim, alternativas não só técnicas, mas reforçando e criando sistemas comunitários de gestão dos recursos.

Na Eco 92 se introduziu a noção de dívida ecológica, em contraposição à dívida externa. No entanto, esta não é uma noção radical, é uma espécie de “ecologia da restauração”, que remete à monetarização da natureza. A impossibilidade de incluir todas as externalidades e a deterioração dos recursos naturais em uma mensuração monetária torna difícil produzir uma medida de intercâmbio ecologicamente desigual, na forma que a economia ortodoxa está habituada. A valoração econômica se dá em função das rendas relativas e das relações de poder, no entanto, há outros discursos de valoração disponíveis. Para o autor, os governos do Sul muitas vezes, não levam a sério a política ambiental, o ecologismo ainda é visto como um “luxo dos países ricos”, antes de se constituir como uma “necessidade dos pobres”. O autor cita o caso do governo brasileiro: “Mesmo quando o governo é exercido pelo presidente Lula, deixa-se claro que a ‘esquerda tradicional’ ainda joga de lado e deprecia o ecologismo” (p. 314). Citando o “breve sonho gaúcho de ser uma zona livre de transgênicos”, Alier nos faz recordar de quando o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) se declarou contra o cultivo de transgênicos e, em 2001, juntamente com Via Campesina e com apoio José Bové, converteram-se em estrelas midiáticas no Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, quando destruíram simbolicamente alguns campos experimentais da Monsanto no Rio Grande do Sul. Ainda que tenham sido tomadas as providências no executivo⁵ e no judiciário estadual para a proibição dos plantios de soja transgênicos no estado, a medida fracassou em nível federal. Em 2003, sob o governo de Lula, com Marina Silva encabeçando o MMA (Ministério do Meio Ambiente), a Monsanto viu-se vitoriosa na batalha pela soja transgênica no Brasil, tornando-se hoje incontrolável, assim como de outras culturas como a do milho Bt.

Voltando a Alier, partindo-se da premissa de que o crescimento econômico afeta o meio ambiente, temos visto que os conflitos socioecológicos, não são apenas conflitos de interesses, mas também de valores. Muito há que ser feito para colocar em evidência o conteúdo ecológico dos conflitos sociais, que não tem feito uso deste discurso. A

⁵ Cabe ressaltar que este período corresponde à gestão democrático-popular de Olívio Dutra, do mesmo partido de Lula

questão ambiental vinha sendo entendida como uma questão a ser encaminhada unicamente depois de satisfeitas as necessidades materiais da vida, mas, tanto o movimento de justiça ambiental quanto o “ecologismo dos pobres” parecem colocar por terra de modo definitivo esse ponto de vista.

Este livro contribui com as discussões sobre as principais variáveis do ambientalismo, a relação entre os conflitos ecológicos distributivos e o crescimento das redes ecologistas internacionais, o significado e a medida da sustentabilidade, com atenção ao debate sobre a “desmaterialização” da economia e a valoração dos recursos e serviços ambientais, dos vínculos entre a valoração e os conflitos ecológicos distributivos e a incomensurabilidade destes valores. Ao tratar dos conflitos ecológicos distributivos, o autor coloca que a ecologia política deverá contribuir para o desenvolvimento de uma economia ecológica que ultrapasse a obsessão de “levar em conta a natureza em consideração” em termos de valores monetários, e que, portanto, abarque e opere com o pluralismo de valores, isto é, que leve em conta os diversos discursos de valoração, empregados pelos diferentes atores sociais, ao expor seus argumentos em lutas caracterizadas como “ecologismo dos pobres”.

Referências

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.